



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

LOCAL: Sede do Cosems

DATA: 25 de junho de 2026

HORÁRIO: 9h

PRESENTES À REUNIÃO, LISTADOS ABAIXO.

COORDENAÇÃO DA REUNIÃO: André Fagundes.

ITENS DE PAUTA

1. Encontro de Contas das altas complexidades, competência abril de 2026;
2. Encontro de Contas das cirurgias eletivas, competência abril de 2026;
3. Alteração da Deliberação 040/2026: eMulti (Cosems);
4. Nota técnica dos exames – responsabilidade pelos exames – NT conjunta SES e Cosems (SUR);
5. Valores da histeroscopia (SUR);
6. Cumprimento da Deliberação nº 104/CIB/2018 pelos prestadores: consultas de retorno (Cosems);
7. Tratamentos prolongados de escleroterapia ecoguiada com espuma (Cosems);
8. Solicita-se a inclusão de discussão sobre tratamentos prolongados de escleroterapia com espuma, especialmente em situações relatadas por municípios envolvendo elevado número de sessões, inclusive fora da região de residência do paciente. O objetivo é discutir a necessidade de protocolo estadual ou orientação técnica que estabeleça critérios de indicação, plano terapêutico inicial, estimativa de sessões, marcos de reavaliação clínica e ultrassonográfica, justificativa para continuidade do tratamento e critérios para eventual mudança de conduta ou segunda avaliação especializada;
9. Operacionalização do fluxo de cirurgias eletivas após consulta cirúrgica regulada (Cosems);
Solicita-se também a inclusão de pauta sobre a operacionalização do fluxo de cirurgias eletivas nos casos em que o paciente acessa consulta com especialidade cirúrgica por regulação municipal ou por meio de consórcios públicos. A discussão busca esclarecer como deve ocorrer a transição entre a consulta cirúrgica regulada e a solicitação de AIH no SISREG, especialmente quanto à responsabilidade pela inserção da AIH pela Unidade Executante, prazo operacional para sua inclusão, possibilidade de vinculação entre consulta e solicitação cirúrgica, além de mecanismos de acompanhamento pelos municípios. A inclusão dos temas se justifica pela recorrência dos relatos municipais na demora excessiva em cadastrar a AIH prejudicando à rastreabilidade assistencial.
10. Estratégias de apoio e capitação de recursos para fortalecimento das ações complementares para as Redes Femininas de Combate ao Câncer; (COSEMS);
11. Impactos da incorporação do PET-CT para estadiamento do carcinoma de estômago e câncer de mama; (COSEMS);
12. Considerações sobre as Deliberações recentes de complementação de valores da tabela SUS; (COSEMS).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DELIBERAÇÕES RECENTES DE COMPLEMENTAÇÃO DE VALORES DA TABELA SUS.

Luana Weber (Gerente da Gemas) inicia, informando que os complementos de cirurgias específicas, pactuados recentemente, estão vigentes até 31 de dez/2026, quando as suas continuidades serão avaliadas. Os valores abaixo, bem como a descrição dos objetivos e o fluxo foram fornecidos por Luana Weber, Gerente da Gemas.

1.1 Deliberação CIB nº 480/2024

Retirada de Cateter Duplo J — Ambiente Ambulatorial:

A deliberação 480/2024: é pago no EC das Cirurgias Eletivas. O pagamento do duplo J é avaliado mensalmente e pago à medida que vai chegando. Helma Finta Uba (Gepro) reforça que o duplo J também é conferido pelo regulador para certificar se quem colocou o duplo J foi quem retirou, antes do pagamento do complemento do recurso.

Objetivo

Instituir incentivo estadual para ampliação da oferta do procedimento de retirada de cateter Duplo J em âmbito ambulatorial.

Incentivo Financeiro

- R\$ 500,00 por procedimento
- Procedimento: Extração endoscópica de corpo estranho/cálculo em ureter
- Registro via BPA-I

Fluxo de Pagamento

- Produção registrada pelo prestador
- Município encaminha à SUR
- Validação da produção
- Encaminhamento à Gestão Municipal (GEMAS)
- Inclusão no Encontro de Contas das Cirurgias Eletivas

1.2. Deliberação CIB nº 510/2025

CPRE Terapêutica em Caráter de Urgência.

Objetivo

Garantir acesso oportuno à Colangiopancreatografia Retrógrada Endoscópica (CPRE) em pacientes internados em caráter de urgência.

Incentivo Financeiro

- R\$ 2.428,54 por procedimento

Critérios

- Autorização prévia por médico regulador da SES
- Solicitação específica antes da realização do procedimento
- Pagamento administrativo ao Fundo Municipal de Saúde respectivo

1.3 CPRE – Valores Pagos

Competência: Setembro a Dezembro de 2025.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

Hospital	Valor
Hospital Jaraguá	R\$ 31.580,02
Hospital Santo Antônio – Blumenau	R\$ 19.428,32
Hospital Santa Isabel – Blumenau	R\$ 97.141,60
Hospital São José – Jaraguá do Sul	R\$ 41.285,18
Hospital Municipal São José – Joinville	R\$ 65.570,58
Total pago	R\$ 255.005,70

1.4. CPRE – Valores Pagos

Competências de 2026

Janeiro a Março/2026

Hospital	Valor
Hospital Santo Antônio – Blumenau	R\$ 46.142,26
Hospital São José – Joinville	R\$ 55.856,42
Hospital São José – Jaraguá do Sul	R\$ 31.571,02
Total pago	R\$ 133.569,70

Abril/2026

Hospital	Valor
Hospital Santo Antônio – Blumenau	R\$ 19.428,32
Hospital São José – Jaraguá do Sul	R\$ 14.571,24
Hospital Municipal São José – Joinville	R\$ 4.857,08
Total pago	R\$ 38.856,64

1.5. Deliberação CIB nº 720/2025

Prêmio Assistencial — Revisão de Quadril, Revisão de Joelho e Enxerto Ósseo

Objetivo

Reduzir o tempo de espera de pacientes com maior permanência na fila regulada.

Crítérios

- Hospitais habilitados em Alta Complexidade em Ortopedia
- Credenciamento para enxerto ósseo
- Autorização em faixa específica
- Pagamento dentro do Encontro de Contas das Cirurgias Eletivas

Produção Identificada

- Hospital Santo Antônio – Blumenau



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

- Competência abril/2026

- Valor: R\$ 81.000,00

1.6. Deliberação CIB nº 722/2025

Monitorização Neurofisiológica Intraoperatória (MNIO)

Finalidade

Incentivar a utilização da monitorização neurofisiológica em cirurgias de alta complexidade nas áreas de neurologia e ortopedia.

Critérios

- Habilitação federal em ortopedia e/ou neurologia
- Autorização prévia pela Regulação Estadual
- Não aplicável a urgência/emergência

Valor

- Até R\$ 5.569,75 por procedimento
- Limitado ao valor da Nota Fiscal, quando inferior

Fluxo

- Hospital → Telemedicina → GERSA → CRIH → GEMAS → Encontro de Contas

1.7. Deliberação CIB nº 723/2025

Cirurgias de Endometriose Profunda.

Incentivo

- R\$ 2.000,00 por paciente
- Custeio de uma pinça de energia

Critérios

- Hospitais contratualizados com a SES
- Aprovação prévia por médico regulador

Situação Atual

- **Não houve produção identificada até o momento**

1.8. Deliberação CIB nº 820/2025

Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos Endovasculares Extracardíacos. As cirurgias endovasculares, tanto da neurologia como da cardiologia são pagas no encontro de contas de cirurgias eletivas.

Objetivo

Ampliar a oferta de procedimentos cardiovasculares eletivos.

Critérios

- Respeito à ordem cronológica da fila do SISREG
- Utilização de faixa específica de regulação

Forma de Pagamento

- Produção apurada periodicamente
- Inclusão no Encontro de Contas das Cirurgias Eletivas

Produção Identificada

- Hospital Azambuja – Brusque
- Competência abril/2026



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

- Valor: R\$ 798.635,75.

1.9. Deliberação CIB nº 037/2026

Incentivo Estadual — Cirurgias plásticas reparadoras não estéticas

Objetivo

Ampliar a oferta de cirurgias plásticas reparadoras não estéticas no âmbito do SUS em Santa Catarina, contribuindo para a redução da fila de espera estadual.

Composição do Financiamento

- Valores previstos na SIGTAP
- Complementação pela Tabela Catarinense
- Incremento financeiro adicional previsto na Deliberação para 5 procedimentos específicos

CrITÉrios de Participação

- Hospitais que já realizam os procedimentos contemplados; ou
- Hospitais que manifestem interesse formal junto à SES, mediante avaliação técnica

1.9.1. Deliberação CIB nº 037/2026

Cirurgias Plásticas Reparadoras Não Estéticas — Regulação e Pagamento

Regulação e Acesso

- Fila única estadual
- Encaminhamento nominal dos pacientes pela Coordenação Estadual de Cirurgias Eletivas (CECE)
- Autorização em faixa específica de regulação

Forma de Pagamento

- Levantamento da produção realizada na faixa específica
- Conferência conjunta com a CECE
- Inclusão dos valores no Encontro de Contas das Cirurgias Eletivas.

2. ALTERAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 040/2026: eMULTI (COSEMS).

Eduarda (Médio Vale) informa que o município, ao atualizar o cadastro do CBO, apareceram inconsistências, pois a portaria das eMultis foi atualizada e a Deliberação 040/2026, não. Meri Machado (Cosems) coloca que a produção das eMultis, a partir de agosto de 2026, será via SIAPS, sendo que somente os municípios visualizarão. Meri Machado esclarece que é necessário retificar esta Deliberação 040/2026 para definir as responsabilidades de cada esfera e da equipe. Quanto à eMulti SC, é necessário encaminhar ofício ao estado. Meri informa também que deveria separar a eMulti SC da eMulti federal, fazer uma deliberação somente dela, já que os municípios se confundem muito. Meri informa que está atualizando a Deliberação junto com a diretora da APS do estado, Priscila Subtil. Nesta deliberação são somente eMultis. Meri sugere que deveria ter encontro de contas da APS mensalmente. Priscila sugere a cada dois meses e Meri concorda. Meri coloca, que estão fazendo no Cosems, uma planilha para o Portal do Cosems, especificando os pagamentos. Meri lembra o portal do estado, que possui o BI.

Encaminhamentos: Levar para a CIB a proposta de retificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

3. ENCONTRO DE CONTAS DAS ALTAS COMPLEXIDADES, COMPETÊNCIA ABRIL DE 2026.

Norivaldo Freitas (Gemas) apresenta o encontro de contas das altas complexidades como é de rotina mensal, o desempenho físico de cada hospital e também, apresenta a produção da gestão plena dos municípios em que houve uma sobra de R\$ 4.305.814,00. O remanejamento do estado, pelo extrapolamento foi de R\$ 388.000,00 aos municípios plenos, mesmo havendo uma sobra citada. Norivaldo traz também, a produção FAEC da redução de fila. O FAEC redução de filas é feito com faixa federal de campanha em que o estado paga a maior parte. O FAEC puro são as produções pagas pelo FAEC da tabela SUS e, os valores que estão em verde na planilha são garantias de pagamento pelo estado, pois nem sempre o MS paga. Chama atenção para o Hospital Santo Antônio de Blumenau, que extrapolou o teto financeiro, mas ficou abaixo do teto físico. O Hospital produziu menos do que estava na meta física, mas extrapolou muito no financeiro. Norivaldo esclarece que fizeram uma aba com a produção física dos hospitais. Luana Weber (gerente da Gemas) sugeriu um grupo para estudar as altas complexidades.

Encaminhamentos: Levar para a CIB. Consensuado o grupo do EC. Sugestão para constituir o grupo para o EC das Altas: Eduarda (Blumenau); Renata (Joinville); Elizabeth (Jaraguá do Sul) mais o Fábio de Souza (cosems) e a SES (Geram, Gepro, Gemas, a SUR).

4. ENCONTRO DE CONTAS DAS CIRURGIAS ELETIVAS, COMPETÊNCIA ABRIL DE 2026.

Luana Weber (Gerente/GEMAS) apresenta a planilha com a produção das cirurgias eletivas e os descontos realizados. O valor total dos municípios plenos é de R\$ 28.891.303,26. Desse valor são descontados componentes cirúrgicos; excluído um valor do SISAMOSC; descontos do Multihospital de Florianópolis, pois ele recebe recursos de portaria específica e descontos de pagamentos de portarias como a do duplo J, reprocessamentos; Deliberações de incentivo financeiro. O valor a ser pago pelo EC para os municípios plenos, após os descontos é o valor de R\$ 6.917.158,00. Essa prestação de contas estará disponível na página da SES. Helma Finta Uba (Gepro) apresenta a produção estadual (próprios, OS, contratualizados, HU) somando R\$ 54.061.819,00 da competência abril de 2026. O total de cirurgias eletivas em abril de 2026 foi de R\$ 82.000.000,00. Helma chama atenção que a revisão do duplo J, que não trata somente do pagamento, mas também, de avaliar se quem retirou o material foi quem colocou, para poder dar a devolutiva para o município. Avaliação não é somente financeira. Helma esclarece que o pagamento de algumas portarias citadas no item 01 não estão aqui, pois elas apresentam um prazo e um tempo de avaliação e autorização.

Encaminhamentos: Levar para a CIB.

5. NOTA TÉCNICA DOS EXAMES – RESPONSABILIDADE PELOS EXAMES – NT CONJUNTA SES E COSEMS. EXAMES PRÉ, INTRA E PÓS OPERATÓRIOS.

Clemilson de Souza (Geram) apresenta a Nota Técnica dos Exames, destacando as responsabilidades assistenciais regulatórias de cada esfera de governo. Aqui, trata-se de acesso ambulatorial, realização de exames e diagnóstico e execução pré, intra e pós-operatório de cirurgias eletivas. Clemilson faz a leitura da Nota



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

Técnica na íntegra. Cleo (Palhoça) questiona com quem fica a responsabilidade de avaliação cardiológica pré cirúrgica. Informa que recebem muitos exames para avaliação cardiológica, sobretudo para as cirurgias bariátricas. Outro ponto, referente aos exames pré-operatórios, observam que já vem relacionados no Sisreg, que não são realizados dentro da Instituição. Clemilson solicita que notifiquem a SES por escrito, quando isso acontecer. Cita que os exames estão incluídos, principalmente bariátrica, que possui um pacote significativo.

6. VALORES DA HISTERECTOMIA.

Clemilson de Souza (Geram) com relação aos valores pactuados na última reunião de CIB, para os complementos das cirurgias de histerectomia. Clemilson coloca que, observaram os valores em outras instituições e detectaram valores muito baixos. A ideia aqui era aumentar o valor do complemento pago pelo estado, mas preocupa que os serviços já estão organizados, praticando valores baixos e isso poderia impactar nas regiões. Cita que há histerectomia cirúrgica e diagnóstica. Jaqueline Mocelin (SMS de Indaial) cita que a avaliação é na quantidade e sugere levantar os valores cobrados nos consórcios e no mercado. Valores que estão sendo praticados no momento. A sugestão é estabelecer um valor médio. Clemilson de Souza refere que contatará a secretária executiva dos consórcios, para um levantamento dos valores até a reunião da CIB de julho. A SES paga o valor da tabela, nos contratos.

Encaminhamentos: Levar o estudo dos valores para a próxima CIB para a confirmação ou não do valor final.

7. CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO Nº 104/CIB/2018 PELOS PRESTADORES.

Propõe-se discutir os relatos de municípios quanto à orientação dada por alguns prestadores, para que pacientes retornem às Secretarias Municipais de Saúde para agendamento de consultas de retorno, relacionado aos atendimentos já realizados pelas próprias unidades executantes. A pauta busca reafirmar que os retornos decorrentes do atendimento inicial devem ser organizados pela unidade executante, conforme a Deliberação nº 104/CIB/2018, evitando nova inserção indevida no sistema de regulação, duplicidade de registros, retrabalho municipal e prejuízo à continuidade do cuidado. André Fagundes (Cosems) ressalta que as instituições não cumprem a Deliberação 104/2018, no agendamento da consulta de retorno. Cleo (Palhoça) coloca que isso é recorrente, que os prestadores alegam que não possuem a vaga para o agendamento de retorno e acabam encaminhando o paciente para buscar no município. Djon (Vale do Rio do Peixe) informa que resolveram o problema existente, realizando um contato com o Hospital Helio Anjos Ortiz de Curitiba e conseguiram estabelecer uma contrarreferência, não restringindo o retorno do paciente aos 30 dias. Jaqueline Mocelin (SMS de Indaial) sugere que divulguem novamente aos hospitais, que reenviem a Nota Técnica. Clemilson solicita que aos municípios que notifiquem a SES quando houver esses acontecimentos concretos.

8. TRATAMENTOS PROLONGADOS DE ESCLEROTERAPIA ECOGUIADA COM ESPUMA.

André Fagundes (Cosems) solicita a inclusão de discussão sobre tratamentos prolongados de escleroterapia com espuma, especialmente em situações relatadas por municípios envolvendo elevado número de sessões, inclusive fora



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

da região de residência do paciente. O objetivo é discutir a necessidade de protocolo estadual ou orientação técnica que estabeleça critérios de indicação, plano terapêutico inicial, estimativa de sessões, marcos de reavaliação clínica e ultrassonográfica, justificativa para continuidade do tratamento e critérios para eventual mudança de conduta ou segunda avaliação especializada. Há tratamentos que levam até 100 sessões. A solicitação é que houvesse avaliação nesse meio de tratamento. Carolina (Biguaçu) surgiu essa discussão, como por exemplo, paciente com 30 sessões já não poderia ir para a cirurgia. Cleo (Palhoça) lembra os encaminhamentos desses pacientes para outras regiões, porque no início não havia prestador aqui na Grande Florianópolis. Os pacientes iam para serem atendidos no Sul do estado. Cleo cita que trouxeram os pacientes de volta com a habilitação do Hospital Ana Schmitt. Pensa que o adequado seria a construção de protocolo, até para saber a indicação de tratamento de espuma ou encaminhamento para a cirurgia. Helma Finta Uba (Gepro) informa que há um parecer da auditoria. Clemilson de Souza cita que é necessário a melhora do protocolo, plano terapêutico para o encaminhamento. O que é tratamento terapêutico e o que é tratamento estético, definindo esses conceitos.

Encaminhamentos: Trazer para a próxima reunião da CT.

9. OPERACIONALIZAÇÃO DO FLUXO DE CIRURGIAS ELETIVAS APÓS CONSULTA CIRÚRGICA REGULADA.

Esta item foi incluído na pauta, sobre a operacionalização do fluxo de cirurgias eletivas nos casos em que o paciente acessa consulta com especialidade cirúrgica por regulação municipal ou por meio de consórcios públicos. A discussão busca esclarecer como deve ocorrer a transição entre a consulta cirúrgica regulada e a solicitação de AIH no SISREG, especialmente quanto à responsabilidade pela inserção da AIH pela unidade executante, prazo operacional para sua inclusão, possibilidade de vinculação entre consulta e solicitação cirúrgica, além de mecanismos de acompanhamento pelos municípios. A inclusão dos temas se justifica pela recorrência dos relatos municipais na demora excessiva em cadastrar a AIH prejudicando à rastreabilidade assistencial. Jaqueline Mocelin (SMS de Indaial) refere que a operacionalização da inserção da AIH no sistema pelos hospitais, iniciou em abril de 2026, mas até agora não normalizou. Lembra que a inserção da AIH em tempo real foi colocado como condição para essa mudança de inserção da AIH no sistema, do município para o hospital. Jaqueline cita que orientou os funcionários para documentarem as ocorrências nos hospitais. Sugere que os hospitais sejam notificados quanto a regularização das inserções das AIHs. Com esse descumprimento da inserção da AIH em tempo real, cita Jaqueline, que não se sabe se o paciente está sendo atendido por ordem cronológica. Cleo (Palhoça) coloca que não estão tendo esta queixa, pelo menos, não em Palhoça. Karla (SUR) solicita que os municípios notifiquem a SES por quais motivos, o hospital está demorando na inserção da AIH. Gabriela (Indaial) refere que os pacientes acessam o Sisreg e se não enxergam o seu nome, eles acionam a ouvidoria. Clemilson de Souza informa que encaminhará ofício para todas os municípios e, junto com o ofício irá um relatório com todas as referências. E os gestores terão a oportunidade de aceitar ou negar a referência. Essa será uma organização do fluxo das cirurgias eletivas após consulta cirúrgica regulada.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

10. ESTRATÉGIAS DE APOIO E CAPITAÇÃO DE RECURSOS PARA FORTALECIMENTO DAS AÇÕES COMPLEMENTARES PARA AS REDES FEMININAS DE COMBATE AO CÂNCER. Deliberação 722/2023.

Jaqueline Mocelin (SMS de Indaial) informa que, a pedido do Secretário de Estado da Saúde, para trazer estratégias de apoio a Rede Feminina de Combate ao Câncer. Levantaram alguns procedimentos que possuem SIGTAP e que poderiam ser cobrados. Trouxe os códigos de atividades/ações realizadas pela Rede Feminina para a avaliação da CT. Cita, entre as atividades já realizadas, várias outras como o acolhimento dos familiares, orientações em grupo na atenção especializada, visita domiciliar, fornecimento de perucas e muitos outros. A ideia, independente do CBO, poder realizar o repasse para a manutenção da Rede Feminina. Cleo (Palhoça) menciona alguns procedimentos que são realizados pela atenção primária, que coincidem com atividades da Rede Feminina. Gabriela (Indaial) pensa que deveriam ter uma Linha de Cuidado e não de códigos. Acredita que pode ser construída a Linha de Cuidado, não linkando diretamente com o acolhimento inicial e a escuta qualificada que são atribuições do enfermeiro da APS. Cleo cita que as atividades desenvolvidas pela Rede Feminina é diferenciada, o cuidado e o carinho prestados com as mulheres são totalmente diferenciados. Há também a estrutura física, humanização do atendimento, a coleta do citopatológico, é um trabalho que vem para somar ao serviço público. A unidade de seu município não registra a produção, mas a unidade realiza muitos procedimentos, eles tem médico ginecologista, psicólogo, nutricionista. Helma Finta Uba (Gepro) cita a Deliberação 722/2023, o município repassava mais do que é repassado pela Deliberação e ver quem já apresenta produção, quais os códigos são apresentados. Junto com o que a unidade já apresenta, avaliar quais ações poderão ser agregadas. O gestor municipal que terá que realizar essa avaliação, o que agregar de ações, pois o gestor conhece melhor a unidade. Sugestão de participação dos municípios junto com a equipe da SES: Gabriela (Indaial), Meri Machado (Cosems).

Encaminhamentos: Trazer a proposta na próxima CT.

1'. IMPACTOS DA INCORPORAÇÃO DO PET-CT PARA ESTADIAMENTO DO CARCINOMA DE ESTÔMAGO E CÂNCER DE MAMA.

Jaqueline Mocelin (SMS de Indaial) traz questões de Blumenau sobre o incremento do PET-CT, se podem agendar esses exames do carcinoma de estômago e câncer de mama. São exames de pacientes que já estão em tratamento, solicitados internamente. Clemilson de Souza cita o impacto financeiro, que teriam que realizar um levantamento dos exames feitos nos UNACONS para isso e também, ver a existência de protocolo. Quais os pacientes poderiam ser incluídos com esse levantamento, resultando em um quantitativo físico-financeiro. Por enquanto, os serviços não poderão solicitar exames para esses dois casos.

Encaminhamentos: Trazer para a próxima CT uma resposta.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite

COSEMS

CONSELHO DE SECRETARIAS
MUNICIPAIS DE SAÚDE
DE SANTA CATARINA



REUNIÃO: REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Data: 24/06/2026

Primeira Chamada () 10h

Segunda Chamada () 10h:15min

LOCAL: Sede COSEMS/SC, Rua Vereador Nagib Jabor, 475, Capoeiras – Florianópolis.

25/06/2026

barreiros

(data errada)

NOME	ORGÃO/MUNICÍPIO	CARGO/FUNÇÃO /	RUBRICA
Maione Jospelim	Ser. Municipal Guaripóba	Assessor de Saúde	
André Gustavo de Andrade Figueira	COSEMS	Assessor Técnico em Regulação	
João Carlos de Costa Almeida	CIB/SES	CIB - Secretaria	
Luana Rios Weber	SES/GEMAS	gerente GEMAS	
WILVANIA DE FREITAS SOAMUNHO	SES/GEMAS	TÉCNICO GEMAS	
Thaís de Aguiar	SES/GEMAS	Técnico GEMAS	
Marlene Faria de Aguiar	SES/GERO	gerente GERO	
Shirley Costa de Paiva	SMS/Instituto	Diretora DSC	
Denise Cordas Pereira	SMS/Instituto	Diretora atenção primária	
CEMILSON AUGUSTO DE SOUZA	GERAM-SES	GERENTE DE REGULAÇÃO	
POISCLEA SUTELLE FIGUEIRA	DAPS / SES	Diretora Atenção Primária	
Thaís de Aguiar	CIR/AMSC	Médico Regulador	
maria Aparecida J. Brasil	CIR/AMSC	gerente APS	
Renata Jandolini	Cir Amurc	Inf Coord Regulador	
Gabriel Roberto Menezes	SMS - Imobiliar	Coord. Canal Monitoramento	
Edson de C. E. Almeida	SMS - Blumenau	Coord. Controle e Avaliação	
Osvaldo Roberto J. J. J.	SMS - Florianópolis	Agente administrativo	
Diego B. B. B. B. B.	CIR - Foz de Itajaí	Farmacêutico	
Gabriel Calixto Puhuez	SES/SC - DAPS	Médico	
Justino Baldessar Mondy	SES/SUH/GERHP	gerente	

COSEMS

CONSELHO DE SECRETARIAS
MUNICIPAIS DE SAÚDE
DE SANTA CATARINA



REUNIÃO: REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE Data: 24/06/2026

Primeira Chamada () 9h

Segunda Chamada () 10h:15min

LOCAL: Sede COSEMS/SC, Rua Vereador Nagib Jabor, 475, Capoeiras – Florianópolis.

(Data escrita)

Barbosa

Secretaria CB

NOME	ORGÃO/MUNICÍPIO	CARGO/FUNÇÃO	RUBRICA
Tamara Cardoso Pacheco	SMS/Jornille	Diretora Estações Primárias	
Luiza Góis	SUR/SCS	Técnica Atividades	
Karla Gomes Floriano	SES/SUR	Coord. Est. Cirurgias Eletivas	
Elizabeth R. G. Bachion	SMS/Jornille	Gerente Auditoria	
Jacqueline Ferreira	SMS/Bairro Velho	Farmacêutico HT do CAF	
Helena Klobunde Moestri	SMS/Quibervilva	Farmacêutica	
marquesa eleonora Idmity	SMS/Quibervilva	Farmacêutica	
Katia Regina Belarmino Blatner	SMS/Grão Pará	Coord. APS	
Daiana Bastimora Pereira	SMS/Imbituba	Farmacêutica	
JOHAN LEUNG SCHWINDEN	SMS/CURITIBA	DIRETOR ADMINISTRATIVO	
RENATA CRISTINA SANTOS DE ARAÚJO	SMS/BARRA VELHA	COORDENADOR DE PLANEJAMENTO	
Leonora Lucimar Mundtmanch	Câmara Técnica	Farmacêutica	
Carolina Kohl	CT Grampoliz	Coord. APS	
Ivânia TRAVAGLIA	SMS - Rio do Sul	Secretaria Executiva Saúde	
Karla Camara Finas	SMS - Joinville	Secretaria Adm. Saúde	
Udinei Mendes dos Santos	SMS - Palhoça	Secretaria	
Priscila Jacgoni	SES	Superintendente de Recursos	
		Superintendente de Atenção à Saúde	